

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 186/2020/KAPPA/SUPEL/RO
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N.º 0028.017020/2020-63

NBS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ n.º 26.824.572/0001-89, com endereço na Rua João dos Santos Filho, n.º 123, bairro Dois de Abril, na cidade de Ji-Paraná/RO, neste ato representada por seu administrador, JULIANO MURILO CÔCO, brasileiro, portador do RG n.º 53373410 SSP/PR e do CPF n.º 003.747.089-24, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar, no prazo legal, CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO, interposto por OI S/A – Em Recuperação Judicial, já qualificada, nos termos abaixo.

1. Em que pese o inconformismo da recorrente no que tange a r. decisão proferida pela pregoeira, a qual declarou habilitada e vencedora para o certame a empresa ora recorrida, sua pretensão não merece provimento, data venia, pelos motivos de fato e razões de direito a seguir articulados.

I. – SÍNTESE DO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO.

2. A recorrente alega que a recorrida supostamente não teria comprovado atender aos requisitos mínimos exigidos no instrumento convocatório, nos seguintes termos.

"/.../

O Anexo B prevê o seguinte, nos itens 3 e 6:

SERVIÇO DE PROTEÇÃO NO BACKBONE CONTRA ATAQUES DDOS

3. O acesso à Internet (circuito de dados) não poderá ser subcontratado de terceiros, devendo a CONTRATADA fornecer ambos os serviços, solução ANTI-DDOS e circuito de dados.

6. A CONTRATADA deve possuir e disponibilizar no mínimo 2 (dois) centros de limpeza nacional cada um com capacidade de mitigação de no mínimo 40Gbps e no mínimo 1 (um) por centro de limpeza internacional com capacidade de mitigação de no mínimo 80Gbps.

Ocorre que a Recorrida não demonstrou nem tampouco comprovou atender as exigências citadas nos itens acima na proposta de preços nem nos arquivos enviados, referentes a habilitação técnica da empresa.

Cumprir informar, que embora o Edital não exija que seja apresentado qualquer documentação a respeito, a Oi entende que estas informações deveriam constar na proposta readequada ou nos documentos de habilitação.

Logo, não há dúvidas que o não atendimento destes itens deixa claro que a Recorrida não atende plenamente as especificações técnicas contidas do Edital e seus anexos, portanto não tem capacidade técnica para atender plenamente a todas as exigências contidas no instrumento convocatório.

"/.../

(Grifos e Destaques Nossos)

3. Em razão disso, afirma que teria havido a violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório visto que supostamente estariam ausentes documentos de habilitação relativos à qualificação técnica da recorrida.

4. Contudo, tem-se que a pretensão recursal da empresa recorrente (OI S/A – Em Recuperação Judicial) é absurda e, conseqüentemente, não merece prosperar, sendo certo que a r. decisão proferida pela pregoeira, a qual declarou a recorrida habilitada e vencedora para o certame, deve ser mantida, conforme restará indubitavelmente demonstrado ao final.

II. – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

5. Vejamos o quanto prevê o Edital de Licitação, a respeito da documentação de habilitação dos licitantes, relativos à qualificação técnica:

13.8. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.8.1. Quanto ao atestado de capacidade técnica a SUPEL deverá estabelecer no Edital a apresentação ou dispensa seguindo os critérios previstos na Orientação Técnica n. 001/2017/GAB/SUPEL, de 14 de Fevereiro de 2017", publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia N. 38, em 24 de Fevereiro de 2017 e Orientação Técnica N. 002/2017/GAB/SUPEL, de 08 de Março de 2017, publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia N. 46, em 10 de Março de 2017".

13.8.2. Para fins de aferimento da qualificação técnica das empresas interessadas em participar do certame,

deverá ser apresentado pelas mesmas: Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da licitante em contrato pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, conforme art. 30, II da lei 8.666/93. Considerando:

13.8.3. Entende-se por pertinente e compatível em quantidades: Atestado que comprove que a empresa efetivamente prestou ou presta serviços de transmissão de dados utilizando protocolo IP, MPLS ou semelhante, na modalidade terrestre nas especificações demandadas no objeto desta licitação devendo comprovar que atendeu o quantitativo de 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade por lote com 30 Mb ou maior de Links dedicado terrestre ou MPLS, sendo permitida a soma de contratos concomitantes ou não para atingir a quantidade exigida.

13.8.4 Entende-se por pertinente e compatível em prazos: Atestado que comprove que a empresa prestou ou presta serviços de maneira satisfatória com as especificações demandadas no objeto desta licitação;

13.8.5. Entende-se por pertinente e compatível em características: Atestado que demonstre em sua individualidade ou soma parcela de maior relevância do serviço objeto desta licitação, qual seja, serviços de transmissão de dados utilizando protocolo IP, MPLS ou semelhante, na modalidade terrestre.

13.8.6. O (s) atestado (s) de capacidade técnica apresentado(s) estará sujeito à confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade conforme previsto no art. 43, parágrafo 3º da Lei Federal nº 8.666/93, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas;

13.8.7. O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição do objeto, quantidades e prazos de prestação dos serviços. (Grifos Nossos)

1. - ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA PERTINENTE E COMPATÍVEL EM CARACTERÍSTICAS, QUANTIDADES E PRAZOS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE DADOS UTILIZANDO PROTOCOLO IP, MPLS OU SEMELHANTE, NA MODALIDADE TERRESTRE

6. Conforme visto acima, os itens 13.8.2., 13.8.3. e

13.8.5., todos do Edital em questão, exigem expressamente Atestado de Capacidade Técnica comprovando o desempenho da licitante em contrato pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da Licitação (serviços de transmissão de dados utilizando protocolo IP, MPLS ou semelhante, na modalidade terrestre).

7. E, em atendimento a tais previsões editalícias, esta licitante apresentou 05 (cinco) Atestados de Capacidade Técnica, comprovando a sua qualificação técnica compatível em características, quantidades e prazos ao objeto licitado:

Atestado de Link Dedicado à Internet e AntiDDoS – CrediSIS

Atestado de Link de Comunicação Dados MPLS e SCM (Lan To Lan MPLS) – CrediSIS

Atestado de Link Dedicado IP à Internet e AntiDDoS – Irmãos Gonçalves

Atestado de Link de Comunicação Dados MPLS e SCM (Lan To Lan MPLS) – Irmãos Gonçalves

Atestado de Link Dedicado à Internet e AntiDDoS – Sistem Comércio

8. Dessa forma, temos certo que esta licitante cumpriu integralmente o quanto previsto nos itens 13.8.2., 13.8.3. e 13.8.5., todos do Edital de Licitação em questão, conforme se vislumbra da simples leitura dos documentos de habilitação juntados aos autos.

9. Do mesmo modo, a proposta comercial da recorrida atende integralmente o quanto exigido no Edital.

10. Importante destacar que o que a recorrente pretende tumultuar o presente certame licitatório, tendo criar e impor novas regras, não previstas no Edital, conforme expressamente confessado por ela (".../ embora o Edital não exija que seja apresentado qualquer documentação a respeito, a Oi entende que estas informações deveriam constar na proposta readequada ou nos documentos de habilitação./.../").

11. A má-fé da recorrente e a tentativa de induzir o julgador a erro é evidente visto que, confessa que não existe tal exigência no edital e, logo após, invoca a aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, em clara contradição e desespero.

12. Pelo exposto e o que dos autos consta, não restam dúvidas de que a recorrida cumpriu integralmente o quanto previsto no Edital, motivo pelo qual temos certo que a r. decisão proferida pela pregoeira, a qual declarou a recorrida habilitada e vencedora do presente certame, deve ser INTEGRALMENTE MANTIDA, como medida da mais inteira JUSTIÇA!!!

2. – PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO

DEVER DE CONFERÊNCIA DE TODOS OS DOCUMENTOS ATRAVÉS DA REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA

13. Caso não seja esse o entendimento deste ilustre julgador, o que admite apenas por argumentar, invoca-se a aplicação do princípio do formalismo moderado.

14. Em caso análogo, vejamos o entendimento de nossos Tribunais:

O simples equívoco da empresa em anexar um documento passível de correção, é ato que deveria ser superado pelos outros elementos acostados no certame e pela posterior juntada, no recurso administrativo, do CNPJ atualizado.

/.../

Outrossim, não se pode deixar de observar que o procedimento licitatório é regido, principalmente, pelo formalismo.

/.../

Colhe-se ainda:

"o princípio do formalismo moderado" consiste, em primeiro lugar, na previsão de ritos e formas simples, suficientes para propiciar um grau de certeza, segurança, respeito aos direitos dos sujeitos, o contraditório e ampla defesa. Em segundo lugar, se traduz na exigência de interpretação flexível e razoável quanto às formas, para evitar que estas sejam vistas como fim em si mesmas, desligadas das verdadeiras finalidades do processo" (MEDAUER, Odete. Direito Administrativo Moderno . 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998. p. 191)

Conforme já especificado, não existiu ofensa ao princípio da legalidade, pois o previsto no Edital era a apresentação do CNPJ da empresa. A apresentação irregular se enquadra perfeitamente no descrito pela doutrina acima citada, ou seja, uma simples irregularidade (desatualização) passível de correção.

(TJ/SC/ Apelação Cível em Mandado de Segurança n.º 02.004508-0, de São Francisco do Sul/SC)

(Grifos e Destaques Nossos)

15. Assim, temos certo que a Comissão de Licitação pode e deve verificar a veracidade de todos os documentos apresentados pelas empresas licitantes, os quais devem ser analisados em conjunto aos outros documentos juntados aos autos, que demonstram o atendimento da capacidade técnica exigida no Edital em questão.

16. Eventual inabilitação da licitante – o que não se acredita – sem a devida diligência atenta contra o interesse público, sendo que existem diversas lições de doutrinadores, bem como há jurisprudência em relação a sua obrigatoriedade.

17. Vejamos a lição do ilustre doutrinador Marçal Justen Filho:

"Não existe uma competência discricionária para escolher entre realizar ou não a diligência. Se os documentos apresentados pelo particular ou as informações neles contidas envolverem pontos obscuros – apurados de ofício pela Comissão ou por provocação de interessados –, a realização de diligências será obrigatória." (Grifos Nossos)

18. Nesse sentido é o entendimento do Tribunal de Contas da União:

É irregular a desclassificação de empresa licitante por omissão de informação de pouca relevância sem que tenha sido feita a diligência facultada pelo § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993.

(TCU. Acórdão 3615/2013 – Plenário) (Grifos Nossos)

III. – REQUERIMENTOS.

19. Ante todo o exposto, resta claro, evidentemente, que a r. decisão proferida pela pregoeira, está coberta de fundamentos no que pertinente aos aspectos aqui discutidos, pelo que se requer que essa Ilustre Pregoeira se digne em julgar TOTALMENTE IMPROCEDENTE o presente Recurso Administrativo, mantendo-se na íntegra a r. decisão que declarou a recorrida habilitada e vencedora para o certame, por medida de inteira e imparcial Justiça!!!

20. Para provar o alegado, protesta pela produção de provas por todos os meios em direito admitidos, especialmente pela juntada de documentos, e demais meios pertinentes à espécie.

Termos em que,
Pede e Espera Deferimento.

Porto Velho/RO, 12 de junho de 2.020.

Fechar